

NOVAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE O MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Lauro Mattei¹

Resumo

Este trabalho realiza um estudo comparativo sobre a evolução dos postos formais de trabalho no estado de Santa Catarina, comparando os dados da década de 1990 com as informações da primeira década do século XXI. Na última década do século XX observou-se a expansão do desemprego, da informalidade e das subcontratações e terceirizações, processo este que precarizou as relações de trabalho. Este cenário se alterou fortemente no período atual, uma vez que o emprego formal cresceu a taxas muito superiores às da PEA ocupada, o que contribuiu para a redução da informalidade e das próprias formas de subcontratação que haviam se expandido na década anterior. Isto fez com que Santa Catarina se situasse dentre as unidades da federação com as maiores taxas de emprego formalizadas, o que contribuiu enormemente para a melhoria das relações trabalhistas, bem como da própria qualidade de vida dos trabalhadores, que em sua grande maioria trabalham com proteção social.

Palavras-chave: Santa Catarina, Mercado Formal de Trabalho, Análise Comparativa

Área Temática 3: Demografia e Mercado de Trabalho

INTRODUÇÃO

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas por intensas mudanças no quadro econômico mundial causadas pela terceira revolução industrial, pela desregulamentação dos mercados financeiros e pela ascensão da globalização econômica vinculada à ideologia neoliberal, processos estes que transformaram a dinâmica do sistema de produção capitalista e causaram profundos impactos sobre o mundo do trabalho.

¹ - Professor do curso de graduação em Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Email: l.mattei@ufsc.br

Para enfrentar as contínuas crises do modelo de produção em massa promoveu-se a reestruturação produtiva das empresas e das grandes corporações transacionais, levando à conformação de uma nova divisão internacional do trabalho. Para Pochmann (2001), este tema assume grande relevância ao se tornar expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia capitalista mundial. A assimetria de distribuição geográfica do trabalho pode ser interpretada pela decisão de localização da empresa e pela mobilidade da mão-de-obra, fatores que segundo o autor são cruciais para explicar o processo contraditório entre países ricos e pobres (POCHMANN, 2001).

A diferença na distribuição espacial da divisão do trabalho configura o mundo de hoje. De um lado, encontram-se os países periféricos produzindo manufaturados com baixa tecnologia, mão-de-obra barata e flexível, uso elevado de matéria-prima e energia e onde as atividades são insalubres e poluidoras. De outro, localizam-se os países centrais onde se produz mercadorias de alto valor agregado, geralmente da área de informação, comunicação e de serviços de apoio à produção. Segundo Cardoso (2004), são os trabalhadores dos países periféricos os que mais sofrem os efeitos da globalização, em função da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho. A nova divisão internacional do trabalho aumentou as desigualdades, tanto entre os países centrais e periféricos, quanto no interior dos vários grupos de países.

Este movimento, também conhecido como o novo modelo de produção flexível, na verdade foi responsável pela eliminação de muitos postos de trabalho e pelo crescimento das taxas de desemprego em escala global ao final dos anos de 1990. Além disso, as relações de trabalho sofreram transformações relativas à formatação e à legislação vigentes até então, enquanto que o movimento de reestruturação das empresas acabou por incorporar novas formas de contratação, como os trabalhadores temporários e terceirizados, as quais precarizaram ainda mais as relações trabalhistas.

Com isso, ao longo da última década do século XX houve uma redução dos níveis de emprego como uma reação ao processo de mudanças gerais na economia, que recomendava a racionalização da produção e o enxugamento do quadro de pessoal como forma de reduzir gastos empresariais. Em todo este período observou-se que o crescimento do PIB não foi acompanhado por similar crescimento na contratação de postos de trabalho, fato que favoreceu a expansão do desemprego e o aumento da informalidade no mercado de trabalho.

Este cenário começou a ser alterado em várias partes do mundo por meio da adoção de novas políticas macroeconômicas. No caso do Brasil, a prioridade política dada à área social a partir de 2003 teve um efeito cumulativo no mercado de trabalho, uma vez que não somente o nível de emprego e de renda se elevaram como também a informalidade e as formas precárias de contratação se reduziram. Com isso, observa-se que houve um rompimento com o processo de desestruturação do mercado de trabalho que estava em curso desde as duas últimas décadas do século anterior.

Este cenário positivo para o mundo do trabalho, associado à retomada do crescimento até a crise de 2008, possibilitou uma recomposição do mercado formal de trabalho em todo país, mesmo que ainda há muito a se avançar na questão relativa às relações trabalhistas.

Este estudo tem como objetivo analisar este processo de mudança no mercado formal de trabalho em Santa Catarina entre 2001 e 2011. Para tanto, além desta breve introdução, o artigo é composto por mais três seções. Na primeira dela são discutidas as principais mudanças nos parâmetros do debate sobre o mundo do trabalho no início do século XXI. A segunda seção apresenta o cenário do mercado de trabalho catarinense, com ênfase especial sobre os postos formais de trabalho. Finalmente, na terceira seção são discutidas as principais tendências do emprego formal em Santa Catarina.

I – BREVES NOTAS SOBRE MUDANÇAS NOS PARÂMETROS DO DEBATE RELACIONADO AO EMPREGO E AO MERCADO DE TRABALHO

A crise do petróleo na década de 1970; a elevação dos preços com estagnação econômica; e a alta das taxas de juros internacionais foram os fatores desestabilizadores do padrão de acumulação capitalista articulado desde o Sistema Bretton Woods, que foi criado pelos países desenvolvidos para manter um padrão monetário internacional que garantisse a estabilidade econômica mundial.

As inovações decorrentes da revolução tecnológica promoveram mudanças qualitativas nos processos de trabalho, com a destruição de velhas formas de produção e organização do trabalho. Houve o aparecimento de novas formas de gestão e organização da produção, refletindo o esgotamento do padrão fordista de produção (MATTOSO, 1998). A produção em massa foi substituída por uma produção mais especializada e flexível, adequada a nova lógica do mercado, com um caráter de

desconcentração industrial. Buscaram-se novos padrões de gestão da força de trabalho como a “gestão participativa” e a busca da “qualidade total”, tentando amenizar os efeitos da crise fordista (ANTUNES, 1997).

Estas mudanças estruturais ganharam força a partir dos anos de 1980, quando a ideologia neoliberal se impôs como modelo de organização política da sociedade. Com a queda dos acordos econômicos internacionais houve um colapso no sistema e o ambiente econômico foi tomado por políticas de contração monetária, elevação da taxa de juros, desregulamentação dos mercados, privatizações e alteração do papel do Estado (POCHMANN, 2002). A agenda neoliberal questionou o padrão produtivo através de medidas de liberalização comercial e desregulamentação do mercado financeiro. O Estado tornou-se isento da defesa da produção e do emprego e passou a ser apenas regulador das forças econômicas.

De acordo com a avaliação liberal-conservadora, as estratégias usadas no período do “capitalismo dourado” para promover o crescimento da economia, acompanhado de aumento na concessão de direitos e benefícios sociais, levaram à ampliação dos déficits orçamentais, do estoque da dívida pública e provocaram altas das taxas de juros e dos níveis de inflação. Tudo isso decorreria da obstrução ao funcionamento normal dos mercados, imposta pela intrusão do Estado. A recomendação para o retorno dos investimentos, do crescimento e ampliação da renda e do emprego, seria a desregulamentação dos mercados e a eliminação das barreiras à entrada e saída de capital, submetendo as empresas à concorrência global desregulada e os trabalhadores à flexibilização e remoção das cláusulas sociais até então garantidas (BELLUZZO, 1997).

A flexibilização das relações de trabalho apareceu como parte do processo de racionalização produtiva das empresas, quando a estabilidade nas relações trabalhistas não pôde mais ser sustentada num contexto de instabilidade dos mercados, acirramento da concorrência e incorporação mais rápida do progresso técnico (DEDECCA, 1997). A flexibilização foi preconizada como uma das exigências necessárias para se reverter a crise e retomar o aumento da produtividade.

Quanto à qualificação do trabalhador, as formas de produção mais flexíveis tenderam a desqualificar o mesmo, a partir da fragmentação do trabalho complexo, tornando a realização do processo padronizada e de ritmo mais intenso. A fragmentação

do trabalho, adicionada ao incremento tecnológico, possibilitou ao capital uma maior exploração e controle sobre a força de trabalho (ANTUNES, 1997).

A desregulamentação do mercado de trabalho, e o retrocesso por parte do Estado nas políticas públicas voltadas à proteção do emprego, só fizeram aumentar a insegurança dos trabalhadores e tornar precárias as relações de trabalho. A precarização das relações de trabalho se dá por meio da substituição das relações formais de emprego por relações informais, sem carteira assinada e outros benefícios, e por trabalho temporário, em tempo parcial ou a domicílio, caracterizando-se assim por uma forma individualizada de trabalho.

Nos últimos anos da década de 1990 ampliaram-se essas formas de inserção da força trabalhadora, de forma que o setor formal não foi mais capaz de absorver o excesso de mão-de-obra. Os trabalhadores passaram a se submeter a formas precarizadas de trabalho, se desqualificando ainda mais e agravando o quadro social do mundo do trabalho.

Diante deste cenário, no final da década de 1990 conformaram-se, segundo Krein (2014), algumas teses conservadoras que a experiência brasileira recente se encarregou de refutá-las. A primeira delas era que o nível de emprego não iria aumentar mesmo havendo crescimento da economia, devido ao processo de reestruturação produtiva das empresas, especialmente com a introdução das inovações tecnológicas. A segunda tese hegemônica foi de que a criação de emprego, visando reduzir o desemprego e a informalidade, somente seria possível caso houvesse uma maior flexibilização das relações de trabalho.

A terceira tese era de que o sindicalismo estaria em fase de declínio estrutural e tendendo a perder força na sociedade, com a emergência de uma sociedade pós-industrial. Finalmente, a quarta tese era de que não poderia haver aumento do salário mínimo porque isto provocaria inflação e desemprego.

A primeira década do século XXI mostrou que o Brasil apresentou uma grande capacidade de geração de emprego, mesmo nos anos recentes durante a crise econômica. Ao mesmo tempo, a tese da flexibilização se mostrou sem sentido diante da realidade do mercado de trabalho atual. Já a tese da perda de importância dos sindicatos enquanto interlocutores e mediadores dos conflitos trabalhistas também se mostrou fora de propósito, uma vez que houve um aumento das negociações salariais com melhoria

do emprego e da renda para diversas categorias de trabalhadores graças as negociações promovidas pelos sindicatos.

Finalmente, a última tese acabou sendo fortemente contestado pelas informações empíricas, uma vez que a política de valorização do salário mínimo foi uma das principais políticas sociais dos Governos (Lula e Dilma), com implicações bastante positivas no mercado de trabalho; na elevação dos rendimentos, especialmente da parcela de trabalhadores localizada na base da pirâmide social; na melhoria da distribuição dos rendimentos do trabalho; e no combate à pobreza.

Com isso, entendemos que é possível se afirmar que as teses liberais e conservadoras dos anos de 1990 não foram comprovadas pela experiência concreta. Todavia, muitas questões ainda continuam em aberto e merecem ser debatidas para se obter um efetivo processo de estruturação do mercado de trabalho, com criação de emprego de qualidade e com proteção social.

II – O MERCADO FORMAL DE TRABALHO EM SANTA CATARINA NO LIMIAR DO SÉCULO XXI

2.1 – Aspectos gerais do mercado de trabalho catarinense

O estado de Santa Catarina, mesmo com suas especificidades históricas, também sofreu também os efeitos da dinâmica econômica nacional, tendo em vista que alterações da política econômica refletem sobre a estrutura produtiva e o mercado de trabalho estadual. Desta forma, nota-se que a economia catarinense teve seu desempenho fortemente condicionado pelo movimento da economia nacional, que sofreu interferências dos diversos planos de estabilização econômica e da abertura comercial iniciada em 1990.

As mudanças estruturais na economia catarinense ocorreram dentro do contexto geral do país. A estrutura produtiva catarinense sofreu desde os anos de 1960 um processo de modernização e integração regional, que proporcionou um aumento da participação industrial na economia catarinense. Os setores econômicos seguiram a lógica nacional de acumulação capitalista, com uma estrutura agrário-exportadora forte

e uma indústria caracterizada pela diversidade setorial e homogeneidade de atividades nas diferentes regiões do Estado.

Contudo, a abertura comercial e as políticas adotadas no país a partir de 1990 provocaram fortes ajustes econômicos que obrigaram as empresas catarinenses a repensar os rumos de suas atividades. Com o aumento da competitividade externa muitas empresas fecharam ou tiveram suas atividades reduzidas fazendo cair assim o quadro de empregados no setor. Aos que mantiveram seus empregos foi imposto uma intensificação do trabalho e observou-se ainda um aprofundamento das subcontratações.

De acordo com Lins e Mattei (2001), a tendência do emprego em Santa Catarina é semelhante à do Brasil, porém com a existência de um mercado de trabalho com grande parte de seus postos de trabalho formalizados. Santa Catarina se sobressai como um dos estados com maior índice de trabalhadores com carteira assinada.

A tabela 1 apresenta as informações agregadas do estado entre 2001 e 2011. Desde o início da primeira década do século XXI Santa Catarina encontra-se numa situação melhor do que a maioria das unidades da federação no que se refere ao mercado de trabalho geral, pois 65% da sua população em idade ativa (PIA) são pessoas economicamente ativas (PEA), ou seja, pessoas que estão trabalhando ou estão à procura de emprego. Este percentual situa-se ligeiramente acima da média para o Brasil, que em 2001 era de 61%.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 Santa Catarina contava com 96% da PEA ocupada, o que em termos absolutos correspondia a 2.861 mil pessoas ocupadas. Em 2011 essa proporção teve um aumento de 0,7 pontos percentuais, com 3.385 mil de ocupados. Já no Brasil o percentual da PEA ocupada passou de 91%, em 2001, para 93%, em 2011. A PEA ocupada catarinense cresceu a uma taxa média de 1,9% ao ano no período considerado, enquanto que no conjunto do país este quesito aumentou a um ritmo mais elevado, ou seja, 2,2% ao ano. Os desocupados, em contrapartida, perderam participação relativa na PEA catarinense de 4,2%, em 2001, para 3,5%, em 2011. Isso significou que a taxa de desemprego aberto apresentou uma queda de 0,7 pontos percentuais entre 2001 e 2011.

No Brasil a perda de participação relativa dos desocupados sobre a PEA foi mais intensa, uma vez que os desocupados tiveram ao longo dos dez anos considerados uma queda substancial de 2,6 pontos percentuais, chegando a representar, em 2011, 6,7% da PEA brasileira.

Tabela 1: Evolução da PIA, PNEA, PEA e da condição de ocupação (mil pessoas). Brasil e SC, 2001 a 2011.

	ANO	2001	%	2011	%	2001-2011
Brasil	PIA	138.852	100,0%	166.987	100,0%	1,9%
	PNEA	54.886	39,5%	66.764	40,0%	1,9%
	PEA	83.949	60,5%	100.223	60,0%	1,9%
	PEA	83.949	100,0%	100.223	100,0%	1,9%
	Ocupada	76.102	90,7%	93.493	93,3%	2,2%
	desocupada	7.848	9,3%	6.730	6,7%	-1,4%
Santa Catarina	PIA	4.627	100,0%	5.609	100,0%	2,0%
	PNEA	1.641	35,5%	2.100	37,4%	2,3%
	PEA	2.985	64,5%	3.509	62,6%	1,9%
	PEA	2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
	Ocupada	2.861	95,8%	3.385	96,5%	1,9%
	desocupada	125	4,2%	124	3,5%	0,9%

Fonte: IBGE/PNAD.

A tabela 2 apresenta a posição na ocupação no trabalho principal. Inicialmente destaca-se que a categoria dos empregados respondia por 65% da PEA catarinense no ano de 2011. Em termos absolutos houve a incorporação de 692 mil novos empregados no mercado de trabalho catarinense entre os anos de 2001 e 2011.

Os empregados e os empregadores tiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,8% e 1,6%, respectivamente. Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense e uma melhora na própria estrutura econômica. “A primeira podendo refletir o crescimento da demanda por trabalhadores com vínculos mais estáveis e a segunda pode estar relacionada com uma melhora geral na vida econômica, com aumento do consumo, maior disponibilidade de créditos, etc, fatos que estimulam a abertura de novos negócios” (MATTEI et al, 2012:8).

Os trabalhadores domésticos e os trabalhadores por conta própria cresceram a taxas pequenas, da ordem de 0,4% e 0,8% ao ano, respectivamente. É interessante destacar que os trabalhadores por conta própria respondiam por 19% da PEA catarinense em 2001, caindo para 18%, em 2011. Mesmo assim continuam sendo a segunda maior categoria na ocupação no trabalho principal.

Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas. A categoria que teve a maior taxa de crescimento negativo foi a dos trabalhadores não remunerados com uma taxa de 7,7% ao ano. Mesmo assim, essa categoria ainda representa uma proporção considerável da PEA catarinense. Proni (2011) afirma que a maioria desses

trabalhadores não remunerados são ocupados em atividades agrícolas no Brasil. Isso também corresponde ao estado de Santa Catarina.

Tabela 2: Evolução da População Economicamente Ativa, da condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal. SC, 2001 e 2011.

ANO	2001	% da PEA	2011	% da PEA	% aa
PEA	2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
Ocupada	2.861	95,8%	3.385	96,5%	1,9%
Desocupada	125	4,2%	124	3,5%	0,9%
Empregados	1.587	53,2%	2.279	64,9%	3,8%
Trabalhadores domésticos	159	5,3%	162	4,6%	0,4%
Conta própria	564	18,9%	628	17,9%	0,8%
Empregadores	172	5,8%	164	4,7%	1,6%
Trabalhadores na construção para o próprio uso	2	0,1%	2	0,1%	-3,1%
Trabalhadores na produção para o próprio consumo	94	3,1%	42	1,2%	-5,5%
Não remunerados	283	9,5%	108	3,1%	-7,7%

Fonte: IBGE/PNAD.

Os trabalhadores na construção para próprio uso obtiveram uma taxa de crescimento negativa da ordem de 3,1% ao ano. Todavia, essa categoria representa uma parcela muito pequena da PEA catarinense. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo, que em 2001 representavam 3,1% da PEA catarinense, reduziram sua participação chegando a representar apenas 1,2% do total no ano de 2011.

2.2 – O comportamento do mercado formal de trabalho catarinense numa perspectiva comparativa entre as duas últimas décadas

2.2.1- A dinâmica do emprego formal na década de 1990

Um olhar sobre o comportamento geral do mercado formal de trabalho em Santa Catarina revela que até o final da década de 1990 os postos formais de trabalho no estado mantiveram-se estáveis e com um baixo crescimento, sendo que entre 1995 e 1999 houve uma estagnação e até mesmo uma queda do número absoluto de ocupações formais, sobretudo em função das políticas de estabilização macroeconômicas adotadas pelo país no início da referida década. Neste período os postos formais de trabalho (PFT) cresceram a uma taxa média anual inferior a 4%.

De acordo com a Tabela 3 observa-se que entre 1991 e 1999 ficou evidente a constatação citada pela bibliografia na seção anterior, uma vez que foram criados apenas 175 mil postos formais de trabalho ao longo de toda a década, o que contribuiu para, além de expandir o desemprego, aumentar consideravelmente a informalidade das relações de trabalho.

Em termos dos setores de atividade, nota-se que houve pequenas alterações na distribuição dos postos formais de trabalho, ficando claro que os setores da extração mineral e de serviços industriais reduziram consideravelmente o número de vínculos formais. No caso de Santa Catarina, deve-se registrar que, no primeiro setor, isso ocorreu porque houve uma completa reestruturação do setor mineral no estado a partir da abertura comercial e das privatizações iniciadas ainda no Governo Collor de Mello.

O setor de extração mineral apresentou tal comportamento pela deterioração da atividade de extração de carvão, principal minério do setor. Os dados revelam que em 1991 o setor detinha uma participação absoluta de 7.208 PFT, o que equivale a uma taxa de participação relativa de 0,86%. Já em 1999 essa participação decaiu para 0,50%, significando que foi um dos setores que mais liberou mão-de-obra ao longo do período.

Tabela 3: Distribuição dos PFT segundo setores de atividade econômica de Santa Catarina no período 1991 a 1999.

Ano	Ext. min.	I. transf.	S. Ind.	Const. C.	Comércio	Serviços	Adm. Pub	Agrop.	Total
1991	7.208	295.120	13.708	20.806	101.141	205.346	130.528	15.046	836.766
1992	5.451	279.320	12.669	22.279	97.149	189.470	138.737	16.132	821.482
1993	5.596	304.697	13.440	23.532	101.920	186.215	140.079	17.969	865.650
1994	5.954	342.506	15.183	35.144	127.787	193.536	141.144	30.396	923.592
1995	5.678	330.015	14.469	34.089	133.412	215.098	142.081	29.067	908.745
1996	4.127	325.762	12.779	34.333	134.079	220.427	147.581	28.838	909.608
1997	4.699	322.003	12.233	35.730	149.175	239.492	146.343	29.658	939.741
1998	4.657	313.130	13.462	36.804	152.931	249.175	148.768	27.955	947.016
1999	5.164	347.396	11.680	34.696	162.521	264.010	156.041	30.370	1.011.931

Fonte: RAIS/MTE

Os serviços industriais de utilidade pública também tiveram queda nos postos formais de trabalho, voltando a recuperar o patamar de PFT somente na década seguinte. Sua participação relativa passou de 1,64%, em 1991, para 1,1%, em 1999. As privatizações de setores de serviços públicos, incentivadas e adotadas a partir dos anos de 1990, foram claramente responsáveis pela redução dos postos formais de trabalho nos serviços industriais de utilidade pública.

A indústria de transformação, setor que sofreu impactos negativos com a implantação das políticas econômicas da década de 1990, apresentou ampliação absoluta de vínculos formais, sendo ainda responsável pela maior parcela de postos formais de trabalho no estado, aspecto que já vem se modificando em outras unidades da federação. Apesar da importante participação no período, o setor apresentou momentos de redução dos vínculos formais, como é o caso do intervalo 1994-1998, ocasionado pelas políticas implementadas nesse período, de valorização cambial, que favoreceram a entrada de produtos importados, fazendo com que muitas indústrias tivessem uma retração da produção, principalmente as indústrias de calçados e têxteis.

A indústria de transformação apresentou no período uma taxa de crescimento médio anual de 3,62% com uma participação absoluta em 1991 de 295.120 PFT passando para 347.396 PFT em 1999. Todavia a participação relativa passou de 35,3% para 34,3%, do início ao final do período considerado, revelando que mesmo com um aumento dos vínculos em termos absolutos a participação relativa do setor no mercado formal de trabalho se reduziu, havendo certamente liberação de mão-de-obra deste ramo para outros setores de atividades.

A construção civil, outro importante setor da economia catarinense, apresentou períodos de expansão dos vínculos formais no intervalo 1991 e 1999, sendo este um bom indicativo para um setor que tradicionalmente apresentou a informalidade como regra nas relações trabalhistas. Com isso, sua participação relativa passou de 2,48%, em 1991, para 3,43%, em 1999, representando um crescimento médio de 5,18% ao ano.

Os setores de comércio e serviços foram destaque na ampliação dos postos formais de trabalho no período devido ao contínuo aumento do número de empregos formais, o que os levou a representar aproximadamente 43% do total dos empregos formais ao final do período considerado. O setor serviços cresceu a uma taxa média anual de 5,53%, enquanto o setor do comércio apresentou uma taxa média de crescimento de 7,55% ao ano. De acordo com estudos do Dieese (1999), os setores de comércio e serviços cresceram mais rapidamente que a indústria nas últimas décadas, condicionados por fatores como a urbanização, a redução do emprego agropecuário, a migração rural-urbana e a crise industrial.

O comércio, que em 1991 apresentava uma participação absoluta de 101.145 PFT, tinha uma participação relativa de 12,08%. Já em 1999 essa participação se elevou 16,06%. Enquanto isso, o setor de serviços teve uma participação absoluta mais significativa ainda, passando de 205.346 PFT, em 1991, para 264.010 PFT em 1999. É

um setor que absorveu grande parte do excedente industrial, dada a reestruturação produtiva que aumentou o nível de subcontratações, levando o setor a responder por 26,08% do total de empregos formais no ano de 1999.

A administração pública foi um setor que sofreu mudanças no período, ficando condicionado às políticas de ajuste fiscal, que contribuíram para reduzir o peso do setor no mercado formal. Sua participação absoluta cresceu mais de 40% entre 1991 e 1999, todavia sua participação relativa caiu de 15,59%, em 1991, para 15,42%, em 1999.

A agropecuária é um setor que apresentou crescimento absoluto em todo o período, chegando a dobrar os valores ao longo dos anos analisados, o que reflete a maior formalização das atividades agropecuárias. Devido à natureza deste setor de atividade, as relações trabalhistas formalizadas ainda se mantêm em níveis bastante baixos. Com isso, em 1991 o setor apresentava apenas 1,79% dos PFT, percentual que passou para 3,00% em 1999.

A tabela 4 apresenta estas mesmas informações para o período entre 1991 e 1999, porém distribuindo os postos formais de trabalhos segundo o gênero. Inicialmente observa-se que é cada vez mais nítido o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, fato já documentado por outros estudos também em outras unidades da federação, aonde a participação relativa do contingente feminino vem aumentando ano após ano.

Tabela 4: Distribuição dos PFT segundo gênero em Santa Catarina entre 1991 e 1999

	Masculino	%	Feminino	%	SC
1991	542.468	64,83	294.298	35,17	836.766
1992	530.749	64,61	290.733	35,39	821.482
1993	556.965	64,34	308.685	35,66	865.650
1994	589.494	63,83	334.098	36,17	923.592
1995	579.003	63,71	329.742	36,29	908.745
1996	575.907	63,31	333.701	36,69	909.608
1997	594.712	63,28	345.029	36,72	939.741
1998	595.884	62,92	351.132	37,08	947.016
1999	633.335	62,59	378.596	37,41	1.011.931

Fonte: RAIS/ MTE

Enquanto os postos formais masculinos cresceram a uma taxa de 3,4%, os postos femininos alcançaram uma variação anual média de aproximadamente 5% ao longo do período considerado. Este dado revela a tendência que vem crescendo nos últimos anos

de maior feminilização do trabalho, onde as mulheres estão cada vez mais inseridas na busca por melhores empregos. De acordo com a análise do mercado formal do Ministério do Trabalho (2005), o Estado de Santa Catarina é um dos estados que apresenta maior participação da força de trabalho feminina na flutuação do nível de emprego, comparativamente à média nacional.

A participação feminina no mercado formal de trabalho passou de 35,17%, em 1991, para 37,41%, em 1999, ao mesmo tempo em que a participação masculina caiu de 64,83% para 62,59%, respectivamente. Esta mudança de composição na estrutura do emprego formal é derivada de condicionantes econômicos que levaram às mulheres a buscar maior participação na renda familiar, além da própria geração de empregos estar mais condicionada a esta oferta, o que fez aumentar os postos formais em setores que empregam mais mulheres, como é o caso do setor de serviços domésticos, de limpeza e de auxiliar de serviços gerais.

A indústria de transformação ainda era a responsável pela maior parte dos postos formais de trabalho masculinos. Em 1991, aproximadamente 40% dos postos formais masculinos estavam vinculados a este setor, percentual que para cerca de 35% em 1999. O setor de serviços também aparece com expressiva participação do sexo masculino, sendo que no último ano da série tinha uma participação relativa de aproximadamente 25%. No geral, verifica-se que ocorreu uma redistribuição dos postos formais para os outros setores econômicos. Os homens têm sua participação acrescida, principalmente no comércio, construção civil e agropecuária, em detrimento de queda de participação nos outros setores.

Quanto ao gênero feminino, o destaque da participação fica para os setores da indústria de transformação, serviços, administração pública e comércio. A taxa de participação feminina na indústria de transformação se situava ao redor de 29% em 1999, enquanto a da administração ficou em 18% no mesmo ano. Os setores responsáveis pelo aumento da participação feminina no mercado formal são claramente os setores de serviços e comércio, que juntos apresentaram uma taxa de participação de mais de 45% no último ano da série, revelando ser estes os setores que mais dinamizaram o mercado formal de trabalho feminino na última década do século XX.

2.2.2 – O emprego formal na primeira década do século XXI

A partir da recuperação das atividades econômicas no país, sobretudo após 2003, os reflexos sobre a economia catarinense foram imediatos, sendo que um dos resultados mais visíveis foi a recuperação e expansão das relações de trabalho formalizadas. Com isso, o estado catarinense voltou a se situar dentre as unidades de federação que possuem os maiores percentuais de emprego formal. A estrutura produtiva diversificada; a expressiva produção industrial ainda presente no sistema econômico; e a expansão significativa do setor terciário transformaram o estado de Santa Catarina num dos mais importantes locais, em termos de formalização das relações de trabalho. Com isso, nota-se que o número absoluto de empregos formais no estado vem, inclusive, superando o percentual do país, com evolução crescente do total de empregados com carteira assinada.

A tabela 5 apresenta as informações relativas ao período entre 2001 e 2011 cotejando a PEA ocupada pelos Postos Formais de Trabalho (PFT). Inicialmente é possível verificar que há uma mudança significativa da participação dos postos formais de trabalho na PEA catarinense. A taxa de crescimento média do emprego formal entre os anos de 2001 e 2011 foi de 5,83% ao ano, enquanto que a taxa de crescimento da população economicamente ativa ocupada foi de 1,9% ao ano. Este crescimento possibilitou que a participação dos postos formais de trabalho em relação à PEA ocupada passasse de 40,4%, em 2001, para 60,9%, em 2011. Isso significa que mais da metade da população catarinense economicamente ativa e ocupada está incluída no mercado de trabalho formal.

Tabela 5: Evolução da PEA ocupada e dos PFT em Santa Catarina entre 2001 e 2011 (em mil pessoas).

	2001	2011	Variação Absoluta	Taxa % Anual
PEA ocupada	2.861	3.385	524	1,9%
PFT	1.156	2.062	906	5,83%
PEA ocup - PFT	1.705	1.323	-382	
PFT/PEA ocup.	40,4%	60,9%		

Fonte: MTE/RAIS e IBGE/PNAD.

Em termos absolutos, observa-se que houve um aumento de 906 mil postos de trabalho formais entre 2001 e 2011, patamar superior ao incremento de 524 mil pessoas na PEA ocupada no mesmo período. Isso significa que o mercado formal de trabalho foi

eficiente para abrigar todo o crescimento do pessoal ocupado catarinense nestes anos. Em linhas gerais, isso significa que o incremento dos PFT acima da PEA ocupada criou as condições para que 382 mil trabalhadores saíssem do mercado informal de trabalho entre os anos de 2001 e 2011.

A tabela 6 apresenta o número absoluto dos empregos formais no estado na primeira década do século XXI. Entre 2001 e 2011 os postos formais de trabalho cresceram a uma taxa média de 5,8% ao ano. Com isso, o total de empregos formais do estado aumentou 1.155 mil, em 2001, para 2.061 mil, em 2011, representando um aumento de 905.865 PFT no período.

Tabela 6: Evolução dos PFT em SC entre 2001 a 2011

Ano	Total
2001	1.155.712
2002	1.235.612
2003	1.292.407
2004	1.406.247
2005	1.486.969
2006	1.598.454
2007	1.697.800
2008	1.777.604
2009	1.838.334
2010	1.969.654
2011	2.061.577
Taxa % a.a.	5,8%

Fonte: MTE/RAIS.

Comparativamente à década anterior, observa-se que a geração de postos formais de trabalho entre 2001 e 2011 em relação à última década do século XX foi praticamente nove vezes superior, ou seja, para cada mil empregos formais criado nos anos de 1990 foram criados nove mil no período atual.

Em 2001, cerca de 62% dos postos formais do estado eram ocupados pelos homens e apenas 38% pelas mulheres. Depois de uma década esta distribuição ficou mais equitativa, sendo que as mulheres passaram a participar mais do mercado de trabalho e a ocupar os postos de trabalho mais protegidos.

A tabela 7 mostra a distribuição dos empregos formais por gênero no período considerado. Em 2001, 62% dos postos formais do estado eram ocupados pelos homens e apenas 38% pelas mulheres. Depois de uma década esta distribuição ficou mais equitativa, sendo que as mulheres passaram a participar mais do mercado de trabalho e a ocupar os postos de trabalho mais protegidos. Isto porque a taxa de crescimento da

participação das mulheres foi de 7,3% ao ano ao longo do período considerado, enquanto que a dos homens foi de apenas 4,8%.

Tabela 7: PFT em SC por gênero entre 2001 e 2011

Gênero	2001	%	2011	%	Tx.cresc a.a
Masculino	713.211	62%	1.154.703	56%	4,8%
Feminino	442.501	38%	906.874	44%	7,3%
Total	1.155.712	100%	2.061.577	100%	5,8%

Fonte: MTE/RAIS.

Assim, mesmo que os homens ainda predominem no mercado formal de trabalho em Santa Catarina, as mulheres vêm ampliando sua participação, o que indica uma tendência geral do mercado de trabalho com maior presença das mulheres.

A tabela 8 apresenta a distribuição dos postos formais de trabalho pelos setores de atividade econômica entre 2001 e 2011. Registre-se, inicialmente, que todos esses setores aumentaram, em termos absolutos, os empregos gerados, invertendo uma tendência da década anterior quando diversos setores reduziram seus níveis de emprego. Mas ao mesmo tempo, alguns desses setores perderam participação relativa na geração de postos formais no estado, apesar da tendência de crescimento em termos absolutos em todos os setores.

Tabela 8: Distribuição da taxa de participação dos PFT segundo setores de atividade em Santa Catarina entre 2001 e 2011.

ANO	2001	%	2011	%	Tx. % a.a
EXTR MINERAL	5.375	0,5%	7.607	0,4%	3,8%
IND TRANSF	390.330	33,8%	644.455	31,3%	5,1%
SERV IND UP	13.452	1,2%	18.796	0,9%	3,6%
CONSTR CIVIL	41.836	3,6%	98.124	4,8%	9,4%
COMERCIO	197.839	17,1%	415.977	20,2%	7,5%
SERVICOS	306.550	26,5%	592.052	28,7%	6,6%
ADM PUBLICA	166.178	14,4%	240.811	11,7%	3,6%
AGROPECUARIA	34.152	3,0%	43.755	2,1%	2,0%
TOTAL	1.155.712	100,0%	2.061.577	100,0%	5,8%

Fonte: MTE/RAIS.

O setor de extração mineral cresceu a uma taxa média de 3,8% ao ano, passando de 5.375 mil postos formais de trabalho, em 2001, para 7.607 PFT, em 2011. Mesmo assim, este setor reduziu sua participação no total de 0,46%, em 2001, para 0,36%, em

2011. Isso significa que este setor não recuperou mais seu espaço que era ocupado antes do processo de reestruturação produtiva dos anos de 1990.

O setor de serviços industriais de utilidade pública cresceu a uma taxa média de 3,6% ao ano no período considerado. Em termos absolutos, o aumento entre 2001 e 2011 foi de 5.334 postos formais. Todavia, a participação relativa reduziu de 1,2%, em 2001, para 0,9%, em 2011.

O setor da indústria de transformação, apesar de ter incorporado 254 mil novos postos de trabalho formais no período e ter uma taxa de crescimento médio de 5,1% ao ano, também perdeu participação relativa no estado entre os anos de 2001 a 2011. Isto representou uma perda de 2,5 pontos percentuais, uma vez que em 2011 o setor respondia por 31,3% dos postos formais do estado. Mesmo assim, este setor continuou tendo o maior percentual dos empregos formais do estado.

A construção civil, outro importante setor da economia catarinense na presente década, apresentou a maior taxa de crescimento dentre todos os setores, com percentual de 9,4% ao ano. Com isso, foram gerados 56.288 novos posto de trabalho entre 2001 e 2011. Isto fez com que a participação relativa do setor aumentasse de 3,61%, em 2001, para 4,75%, em 2011. Em grande medida, este comportamento deve-se aos programas de incentivo do governo federal, em especial do programa Minha Casa Minha Vida.

O comércio foi o segundo setor com os maiores percentuais de crescimento, apresentando taxas de crescimento da ordem de 7,5% ao ano ao longo de todo o período considerado. Em termos absolutos, este setor gerou mais de 218 mil novos postos formais de trabalho entre 2001 e 2011. Com isso, a participação relativa do setor no total dos PFT passou de 17,11% para 20,17% do início ao final do período analisado.

O setor de serviços seguiu uma tendência muito parecida daquele verificada para o comércio com o terceiro maior percentual de crescimento, apresentando taxas da ordem de 6,6% ao ano ao longo de todo o período considerado. Em termos absolutos, este setor gerou mais de 285 mil novos postos formais de trabalho entre 2001 e 2011. Com isso, a participação relativa do setor no total dos PFT do estado passou de 26,5 % para 28,7% do início ao final do período analisado.

A administração pública teve um percentual de crescimento bem mais modesto, com taxas da ordem de 3,6% ao ano em todo período considerado. Em termos absolutos, isso significou a incorporação de apenas 74 mil novos empregos formais

entre 2001 e 2011. Com isso, a participação relativa do setor no total dos PFT do estado caiu de 14,3%, no primeiro ano da série, para 11,6%, último ano considerado.

Finalmente, o setor da agropecuária que teve um percentual de crescimento bem baixo, com taxas da ordem de 2% ao ano em todo período considerado. Em termos absolutos, isso significou a incorporação de apenas 9 mil novos empregos formais entre 2001 e 2011. Com isso, a participação relativa do setor no total dos PFT do estado caiu de 2,95%, no primeiro ano da série, para 2,12%, último ano considerado. Registre-se que este movimento é característico de um setor cujas relações de trabalho continuam sendo amplamente informais.

A tabela 9 apresenta a distribuição dos PFT entre 2001 e 2011, segundo as faixas de remuneração. Inicialmente observamos que as menores faixas salariais foram aquelas que apresentaram os maiores percentuais de crescimento, destacando-se a taxa 8,4% ao ano para os postos formais de trabalho com remuneração de até 1 salário mensal. Com isso, esta faixa salarial aumentou sua participação relativa no período considerado de 2,5% para 3,2%, respectivamente.

Mas, sem dúvida, foi na faixa salarial entre 1 a 3 salários mínimos que ocorreram as maiores alterações. Com uma taxa de crescimento anual da ordem de 7,4%, observa-se que ocorreu um aumento absoluto de mais de 747 mil PFT nesta faixa no período considerado. Com isso, sua participação relativa no total dos PFT do estado passou de 60,7%, em 2001, para 70,3%, em 2011. Se a esta faixa salarial agregarmos os PFT com remuneração de até 1 salário mínimo, verificamos que mais de 73% destes postos de trabalho se localizam na faixa salarial de até 3 salários mínimos mensais.

Tabela 9: Distribuição dos PFT por faixa de remuneração entre 2001 e 2011

REMUNERAÇÃO	2001	%	2011	%	Tx. % a.a
ATÉ 1 SM	29.608	2,6	64.814	3,1	8,4%
DE 1 A 3	701.841	60,7	1.449.626	70,3	7,4%
DE 3 A 5	224.543	19,4	288.209	14,0	2,1%
DE 5 A 10	132.087	11,4	143.770	7,0	0,3%
MAIS DE 10	65.573	5,7	60.165	2,9	-1,8%
TOTAL	1.155.712	100,0	2.061.577	100,0	5,8%

Fonte: MTE/RAIS.

Nas demais faixas salariais observaram-se pequenas alterações sem grandes impactos na dinâmica geral, chamando atenção apenas o fato de na faixa de mais de 10

salários mínimos mensais ocorreu uma taxa anual negativa da ordem de 1,8%, o que reduziu sua participação relativa de 5,7% para 2,9% no período considerado.

Estas informações revelam que, paralelamente ao aumento dos postos de trabalho formais, indicando uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ocorreu uma concentração destes PFT nas faixas salariais mais baixas, fato que de alguma forma pode ser interpretado com uma tendência de precarização deste tipo de emprego e, conseqüente, do conjunto do mercado de trabalho catarinense.

O gráfico 1 apresenta a participação relativa dos postos formais de trabalho de cada mesorregião no conjunto do estado entre 2001 e 2011. Inicialmente nota-se que, comparativamente à taxa de crescimento estadual dos PFT, três mesorregiões (Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Oeste) apresentaram taxas superiores ao parâmetro estadual, enquanto outras três (Norte, Sul e Serrana) tiveram desempenho inferior.

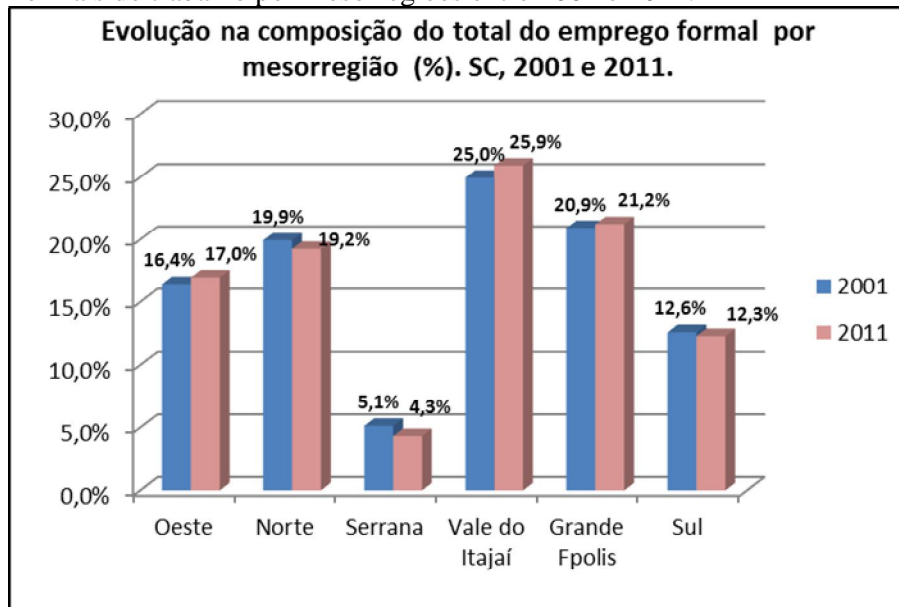
Registra-se que a mesorregião do Vale do Itajaí foi aquela que apresentou a maior taxa de crescimento (6,4%). Pode-se afirmar que, depois e ter sofridos os fortes impactos da reestruturação produtiva na década anterior, tal região se recuperou economicamente e passou a dominar o processo de geração de postos formais de trabalho no estado catarinense. Em sentido oposto, nota-se que a mesorregião Serrana apresentou a menor taxa de crescimento ao longo do período considerado, demonstrando que aquele espaço ainda continua sofrendo os efeitos de um processo de reestruturação econômica, os quais se explicitam na baixa participação da mesma no conjunto do emprego formal do estado. Assim, enquanto a primeira mesorregião contribuiu com a geração de 195.968 novos postos formais de trabalho neste período, a segunda gerou apenas 29 mil PFT entre 2001 e 2011. Por isso, esta mesorregião está em último lugar, em termos de participação relativa.

Este comportamento determinou uma mesma correlação entre essas regiões, em termos da participação relativa de cada uma delas no total estadual. Da mesma forma que na situação anterior, nota-se que três mesorregiões (Vale do Itajaí, Grande Florianópolis e Oeste) apresentaram aumentos, mesmo que modestos, da participação relativa. Já as outras três mesorregiões (Norte, Sul e Serrana) apresentaram reduções, ainda que modestas, da participação relativa no conjunto dos PFT do estado.

Este conjunto de informações revela que o processo de recuperação da geração de postos formais no estado de Santa Catarina na última década conformou um padrão desigual entre as mesorregiões. Por um lado, observa-se que naqueles locais onde a reestruturação produtiva da década anterior foi mais expressiva, como são os casos da

mesorregião do Vale do Itajaí e do Sul catarinense, as respostas foram distintas. Enquanto que a primeira mesorregião se recuperou e voltou a liderar a expansão dos PFT, a segunda apresentou uma ligeira queda em sua participação relativa, revelando que o processo de ajuste no mercado de trabalho desta localidade pode ter sido mais complexo.

Gráfico 1: Percentual de evolução da participação relativa dos postos Formais de trabalho por mesorregiões entre 2001 e 2011.



Fonte: MTE/RAIS.

Por outro lado, verifica-se que mesorregiões com sistemas econômicos tradicionais, como são os casos da mesorregião Serrana e Oeste, seguem sua trajetória histórica, tendo sido pouco afetadas pela conjuntura da década anterior. Assim, enquanto a primeira reduziu fortemente sua participação, a segunda aumentou. Este comportamento pode ser explicado pelas atividades econômicas em curso em ambos os casos, sendo que enquanto na primeira prevalece a agropecuária latifundiária e a atividade industrial do ramo do papel e celulose, na segunda observa-se uma forte diversificação da produção agrícola, mesmo que sob o domínio de um pequeno número de grandes conglomerados agroindustriais.

III – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou mostrar a dinâmica do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina entre os anos de 1990 e o período que compreende os anos de 2001 e 2011, dando ênfase as principais mudanças ocorridas entre estes dois períodos, bem como as principais tendências deste setor do mundo do trabalho catarinense.

Sobre a década de 1990, é importante registrar que Santa Catarina seguiu as mudanças que estiveram em curso naquele período nas relações de trabalho em todo o país, processo este que foi, em grande medida, impulsionado pelas transformações gerais que ocorreram na economia brasileira.

Dentre as principais características da última década do século XX relativas ao mercado de trabalho destacaram-se a expansão da informalidade, o aumento da precarização das relações de trabalho com subcontratações e terceirizações da mão-de-obra, e o pequeno crescimento do emprego formal. Registre-se em uma década foram gerados apenas 175 mil novos postos formais de trabalho no estado. É precisamente esta tendência que sofreu fortes alterações no início do século XXI, conforme foi visto em um item específico deste estudo.

Ainda sobre a década de 1990 é preciso registrar que ocorreram diversas modificações setoriais e de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Assim, a nova configuração do mercado formal que emergiu daquele período histórico, além de ser condizente com a conjuntura econômica, refletiu parte dos efeitos da reestruturação produtiva levado a cabo no âmbito do país, a qual também se explicitou no espaço geográfico estadual.

Outro aspecto que ganhou relevância naquele período foi o fato de que o fenômeno mundial da crescente participação dos serviços na distribuição dos empregos também foi verificado em Santa Catarina. Mesmo assim, o setor secundário da economia catarinense manteve uma expressiva participação nas taxas formais de emprego. Associado a este aspecto deve-se mencionar que a participação feminina aumentou sua participação no mercado formal catarinense, fato que também é uma característica geral.

Porém, no que diz respeito à distribuição salarial, percebeu-se que ocorreu naquele período uma piora na repartição dos salários, com aumento das faixas de menor

remuneração e perda de participação das faixas superiores de salário, o que pode ser lido como um indicativo de precarização no mercado de trabalho.

O período atual revelou um conjunto de mudanças em relação à década anterior. Em primeiro lugar, observa-se que a geração de postos formais de trabalho foi extremamente expressiva, com taxas anuais de crescimento muito superiores às taxas de crescimento da PEA ocupada. A consequência imediata disso foi a retomada da reestruturação do mercado de trabalho, invertendo a tendência do final dos anos de 1990. Com isso, chegou-se ao último ano da série considerada (2011) com mais de 60% da PEA ocupada tendo relações de trabalho formalizadas.

Em grande medida este aspecto está relacionado com o comportamento dos empregados que, sendo a maior categoria ocupacional do estado, lideraram o processo de expansão do emprego ao apresentar taxas de crescimento da ordem de 3,8% ao ano. Soma-se a isto o fato de que categorias ocupacionais que historicamente se mantinham pouco estruturadas apresentaram taxas de crescimento negativas durante o período considerado.

Em segundo lugar, consolidou-se uma tendência geral de concentração do emprego no setor terciário da economia, com destaque para a expansão do emprego formalizado em ramos de atividade que tradicionalmente tinham altas taxas de informalidade, como é o caso da indústria da construção civil. Esta é uma alteração significativa em relação à década anterior, uma vez que agora o setor terciário expandiu sua participação no conjunto do emprego do estado impulsionado pela geração de postos formais de trabalho. Este movimento foi importante, pois compensou a estabilidade de geração de emprego no setor secundário e a redução drástica da participação do setor primário, tanto no agregado como especificamente em termos do emprego formal.

Em terceiro lugar, deve-se registrar a forte presença das mulheres, especialmente no mercado formal de trabalho, considerando-se que o número de mulheres ocupadas com este tipo de emprego cresceu acima da média estadual e acima da própria média masculina. Apesar disso, as mulheres ainda sofrem as consequências do processo discriminatório de renda ao exercer as mesmas funções dos homens, porém recebendo salários inferiores.

Em quarto lugar, observa-se que a geração de postos formais de trabalho foi puxada, em grande medida, pelo ramo da indústria de transformação e, principalmente, pelos setores do comércio e de serviços, sendo que os últimos dois apresentaram as maiores taxas de crescimento, ou seja, 7,5% e 6,6% ao ano, respectivamente. O que

diferencia fortemente este movimento em relação ao período anterior é que agora a grande maioria destes empregos é formalizada, os trabalhadores encontram-se protegidos e o mercado de trabalho avança em seu processo de estruturação, rompendo com a perspectiva do período anterior.

Isto ficou visível quando se analisa a participação relativa das mesorregiões no cômputo geral do estado. Neste caso, destaca-se a mesorregião do Vale do Itajaí que, a despeito de ter sido fortemente afetada pela reestruturação produtiva da década passada, conseguiu reverter a tendência anteriormente mencionada e se constituir no principal pólo de geração de postos formais de trabalho em Santa Catarina, superando em quase um ponto percentual a média do estado.

Este conjunto de informação revela claramente a inversão de uma tendência na primeira década do século XXI, reversão esta exercida, em grande medida, pelo novo comportamento do mercado formal de trabalho no estado. Todavia, deve-se reconhecer que apesar destas mudanças positivas, muito ainda deve ser feito para que Santa Catarina tenha um mercado de trabalho ainda melhor estruturado e sem discriminações de gênero e de rendimentos, principalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, R. (1997). *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 232 p.

BALTAR, Paulo, KREIN, José Dari e MORETTO, Amilton. O emprego formal nos anos recentes. Carta Social e do Trabalho n.3. Campinas, jan/abril 2006.

BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil**. Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de M. Prefácio. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 9-19.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho**: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.

CARDOSO JR., José Celso. Crise e desregulação do Trabalho no Brasil. Texto para discussão IPEA. Brasília, ago. 2001.

CHAHAD, José Paulo Z. e PICCHETTI, Paulo (org.). Mercado de Trabalho no Brasil: padrões de comportamento e transformações institucionais. São Paulo: LTr, 2003.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

COUTINHO, Luciano. A fragilidade do Brasil em face da globalização. In: BAUMANN, Renato (org.). *O Brasil e a economia global*. Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996, p. 219-237.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 176 p. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip>>.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Racionalização econômica e heterogeneidade nas relações e nos mercados de trabalho no capitalismo avançado. In: MATTOSO, Jorge Eduardo Levi, OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de (org.). *Crise e Trabalho no Brasil: Modernidade ou volta ao passado?* 2 ed. São Paulo: Scritta, 1997, p. 55-79.

DIEESE-SC. Reestruturação produtiva e emprego na indústria de Santa Catarina. Florianópolis, dez. 1996. Estudo Especial.

FARAH JR., Moisés Francisco. A terceira Revolução Industrial e o novo paradigma produtivo: algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 90. *Revista FAE*, Curitiba, v.3, n. 2, maio/ago 2000, p. 45-61.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a modernidade, São Paulo: Ed. Loyola, 1992. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In: Brasil: o estado de uma nação. **Mercado de trabalho, emprego e informalidade**. 2006a.cap. 7. p.401. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estadonacao2006/cap7_politicas.pdf>.

LINS, Hoyêdo Nunes; MATTEI, L. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2001. 33p. (Texto para discussão, nº 08).

LINS, Hoyêdo Nunes. Reestruturação Produtiva e Impactos Sócio-Espaciais. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas / UFSC, Abril de 1998, 20p. (Texto para discussão, nº 04/98).

MATTEI, Lauro Francisco. A globalização econômica como fator de exclusão social. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 7, n.1, jan/jun 2004, p. 57-68.

MATTEI, Lauro F. ; Niederle, Sidnei ; PELED, R. ; LAVRATTI, B. B. . **Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI**. Anais do 6 Encontro de Economia Catarinense. Criciúma: APEC, 2012.

MATTOSO, J.E.L. Transformações econômicas recentes e mudanças no mundo do trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 61-77.

OLIVEIRA, C. A. B. Formação do mercado de trabalho no Brasil. In.: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 113-126.

PEREIRA, J.M. Desemprego e flexibilização do emprego. Indicadores Econômicos FEE. V. 26 n.3 Porto Alegre, RS, 1998

POCHMANN, Marcio. O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

POCHMANN, Marcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

POCHMANN, Marcio. Perspectivas das relações de trabalho no Brasil no começo do século 21. In: CACCIAMALI, Maria Cristina; RIBEIRO, Rosana; MACAMBIRA, Júnior; Org.(s). **Século 21: transformações e continuidade nas relações de trabalho**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, Universidade de São Paulo, 2011.

PRONI, Marcelo W.; ROCHA, Thaíssa T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, jan-jun, 2010.

PRONI, Marcelo W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **IE/UNICAMP**. n.188, 2011, p. 22.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. Crise e políticas de ajuste nos países capitalistas avançados. In: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). *Economia e trabalho: textos básicos*. São Paulo: UNICAMP. IE, 1998. p. 21-34.